

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Mais de 5 mil na fila do julgamento

LEONE IGLESIAS — 12/08/2014

São 5.354 processos na Grande Vitória contra homens acusados de agredirem mulheres, de acordo com a Justiça

Leone Oliveira

Acusados de agredir mulheres, mais de 5 mil homens na Grande Vitória aguardam na fila de julgamento nas Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Há 5.354 ações penais, havendo casos que tramitam há oito anos.

O levantamento foi feito por **A Tribuna** junto à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e às varas especializadas. Atualmente, a Grande Vitória conta com cinco varas especializadas (Vitória, Serra, Cariacica e duas em Vila Velha).

Segundo o levantamento, a 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Vitória, é o juizado com maior número de homens a serem julgados por agressão. Na capital, são 2.038 acusações de homens que teriam praticado violência contra mulheres.

O defensor público Franz Robert Simon, que atua no juizado, revelou que há processos de 2008 que ainda tramitam e aguardam julgamento.

Em segundo lugar está a 9ª Vara Criminal de Vila Velha, com 1.476 ações penais, seguida pela 5ª Vara Criminal de Cariacica, onde tramitam 764 processos. Fechando a lista estão a 6ª Vara Criminal da Serra (634) e a 5ª Vara Criminal de Vila Velha (442).

A coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, juíza Hermínia Azoury, destacou que o País possui uma carência grande de varas especializadas nesse tipo de violência, porém ressaltou que o Estado tem suportado a demanda com seis juizados especializados — além das cinco varas da Grande Vitória, Linhares, no Norte, também conta com um juizado especializado.

“A demanda é grande, mas estamos atendendo na medida do possível. O Espírito Santo é o estado onde as mulheres mais denunciam casos de violência doméstica”, frisou a magistrada.

Nessas varas especializadas da Grande Vitória também tramitam processos de medidas protetivas. Até o último dia 12, tramitavam 14.737 processos dessa natureza.

“A demanda é grande, mas estamos atendendo na medida do possível”

Hermínia Azoury, juíza



A JUÍZA HERMÍNIA AZOURY contou que o Espírito Santo é o estado onde as mulheres mais denunciam casos de violência doméstica em todo o País

## SITUAÇÃO

## 1ª VARA

Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Vitória)

## 2.038 AÇÕES PENAIS

contra agressores a serem julgadas e 2.649 pedidos de medidas protetivas tramitando. A maioria dos processos é de 2012.

## 9ª VARA

Criminal de Vila Velha

## 1.476 AÇÕES PENAIS

em tramitação e 2.117 solicitações de medidas protetivas. São realizadas, em média, 40 audiências por semana, segundo a juíza Hermínia Azoury.

## 5ª VARA

Criminal de Vila Velha

## 442 PROCESSOS

contra homens agressores e 3.203 medidas protetivas em tramitação. A maioria dos processos é de 2015.

## SAIBA MAIS

## Motivação das brigas

Segundo o defensor público Franz Robert Simon, da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Vitória, é comum as agressões acontecerem quando o casal bebe, quando está em fase de separação, em casos de traição ou quando o homem não aceita que a mulher queira se separar.

## A PENA PARA OS AGRESSORES

Varia de acordo com o crime cometido. O titular da 5ª Vara Criminal — juizado especializado em violência do-



DIVULGAÇÃO

## PILHA de processos em espera

## 5ª VARA

Criminal de Cariacica

## 764 AÇÕES PENAIS

e 4.678 solicitações de medidas protetivas em tramitação. Maioria dos processos é de 2015 e 2016.

## 6ª VARA

Criminal da Serra

## 634 PROCESSOS

e 2.090 medidas protetivas em tramitação. As ações penais são de 2014 em diante.

méstica — de Cariacica, juiz Eliazer Costa Vieira, explicou que as ações mais comuns que chegam para ele são de ameaça e lesão corporal leve. As penas nesses casos podem ir de 1 mês a 3 anos de detenção.

> EM VITÓRIA, o acusado é condenado, mas a prisão é convertida em penas alternativas como frequentar grupos de ajuda e prestar serviço em entidades sociais. Em caso de descumprimento, a Vara de Execução Penal pode revogar o benefício e determinar a prisão do agressor.

## “Ele acabou com minha vida”

As marcas da violência sofrida por uma dona de casa, de 38 anos, ficaram fincadas no psicológico e em seu rosto. Ela teve parte do nariz arrancado com uma mordida dada pelo ex-namorado, durante uma briga, em fevereiro deste ano.

O nome e o município onde ela mora não serão divulgados a pedido da vítima. Segundo ela, o namorado havia começado há dois meses e eles moravam juntos

“Ele chegou em casa, à noite, bêbado e alterado. Já veio direto para cima de mim com a faca na mão. Ele deu duas facadas na minha perna direita. Mesmo ferida, consegui correr para a casa do tio dele, ao lado da nossa”, contou ela.

A vítima disse que o agressor deu um soco no rosto dela. A dona de casa disse que correu, mas foi

perseguida pelo acusado. “Ele me alcançou, deu uma mordida no meu nariz, tirou um pedaço dele e jogou fora”, lembrou.

Em seguida, o ex-namorado fugiu, mas acabou preso dois dias depois num cerco policial. Desde então, a vida dela mudou. “Tento procurar emprego e não consigo, porque tem de ter boa aparência. Ando pela rua e as pessoas olham para mim como se eu fosse um ET. Ele acabou com a minha vida”, concluiu a vítima.

Ela aguarda, há cinco meses, pela cirurgia plástica de reconstituição do nariz. A direção do Hospital Estadual São Lucas orienta a paciente procurar a direção hoje para os devidos esclarecimentos. O acusado continua preso no Centro de Detenção Provisória de Viana II.



ANTONIO COSME/AT

VÍTIMA teve parte do nariz arrancada e levou facadas do ex-namorado



## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Vítimas esperam até oito anos por decisões

**S**uspensão de processos por não localizar o acusado, recursos e adiamento de audiências. Esses são alguns dos fatores apontados por especialistas em Direito para que processos de agressão levem até oito anos para serem julgados pela Justiça.

O titular da 5ª Vara Criminal – o juizado especializado em violência doméstica de Cariacica –, juiz Eliazar Costa Vieira, destacou a suspensão de processos por não localização do acusado como um dos fatores a atrasar o julgamento de agressores de mulheres.

“Quando o acusado não é encontrado para ser citado, pela norma penal o processo tem que ser suspenso. Alguém pode dizer: ‘Ah, tem um processo aqui de 2010’. Isso acontece porque, agora que esse acusado apareceu, o processo volta a correr na Justiça”, salientou ele.

Além da suspensão, a promotora de Justiça e coordenadora estadual do Núcleo de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (Nevid) do Ministério Público Estadual (MP-ES), Cláudia Regina dos

Santos Albuquerque, enumera a possibilidade de recursos.

“Há a questão dos recursos. O réu pode recorrer. Em muitos casos, o juiz e o promotor são diligentes e dão celeridade ao processo, mas há essas questões processuais que o atrasam”, observou ela.

O advogado Raphael Coelho, que atua na área do Direito em Família, também esclareceu sobre a possibilidade dos recursos. “Esses processos ficam ativos enquanto o perigo da agressão existir”, disse ele.

## PROCESSOS

Entre os juzizados especializados em violência doméstica da Grande Vitória, a 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Vitória, é a que possui ações penais mais antigas a serem julgadas.

Segundo o defensor público Franz Robert Simon, que atua no juizado, há processos que tramitam há oito anos para serem julgados. “Nós temos ainda processos de 2008, 2009 e 2010, mas são a minoria que a juíza Brunella Ba-

glioli, que assumiu em outubro de 2015, está enxugando”, explicou ele.

De acordo com Simon, são realizadas, no mínimo, cinco audiências por dia para julgar casos de violência doméstica na vara.

As audiências, em média, duram até uma hora. “Com o ritmo atual, os processos de 2015 já estão sendo julgados, inclusive alguns de 2016. A juíza vem acelerando o ritmo e tentando julgar esses processos mais depressa”, explicou.

## OS NÚMEROS

**5 audiências** são realizadas por dia em Vitória

**1 hora** é o tempo médio das sessões

**2008** é o ano dos processos mais antigos



CLÁUDIA ALBUQUERQUE afirma que recursos retardam os processos



FRANZ ROBERT SIMON foi o responsável por defender acusado de agressão

## Julgamento em uma hora

Foram mais de quatro anos de processo que terminaram em apenas uma hora de julgamento e com a condenação do acusado a 2 anos e 5 meses em regime aberto, por ter cometido quatro crimes.

Com autorização da titular da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juíza Brunella Baglioli, a reportagem de **A Tribuna** acompanhou, no último dia 14, uma audiência de instrução e julgamento.

O acusado não compareceu à audiência. O defensor público Franz Robert Simon, que defendeu o réu no processo, explicou que o acusado se mudou e não informou à Justiça, sendo a intimação entregue no endereço antigo, o que é caracterizada a revelia do réu.

A vítima é uma autônoma que foi agredida pelo ex-namorado enquanto dormia, em 1º de julho de 2012, num bairro de Vitória. A audiência começou às 13h40 com a autônoma sendo ouvida.

Após ler a denúncia, o promotor de Justiça do Ministério Público Jerson Souza fez perguntas à vítima sobre o crime e se o acusado voltou a procurá-la. “Depois do crime, eu não sei mais o que aconteceu com ele”, respondeu ela.

Após cerca de 10 minutos de perguntas da juíza e dos defensores públicos, a vítima foi liberada. Depois dela, ainda foram ouvidos o policial que prendeu o acusado, na época do crime, e a mãe da vítima.

Cerca de uma hora depois do início da audiência, foi lida a sentença que condenou o réu a 2 anos e cinco meses de detenção pelos crimes de ameaça, lesão corporal, invasão de domicílio e furto – o acusado furtou o celular da vítima. Contudo, a pena será cumprida no regime aberto, tendo o agressor que se apresentar em juízo regularmente.

Entretanto, Simon disse que vai apelar da sentença para examinar detalhadamente a fundamentação e os termos da decisão.

## CASOS

### Tentativa de manter casamento

Uma outra vítima de violência doméstica, que pediu para não ter os dados revelados, disse que o ex-marido se vê injustiçado por causa do processo.

“Quando eu quis me separar, ele me perguntou: ‘Eu te fiz tão mal assim?’. Ele não tinha noção da agressividade dele. As pessoas diziam para não terminar o casamento. Muita gente não dá o apoio e o próprio homem diz que vai mudar”, contou ela.

### Em coma depois de ser agredida

A faxineira Jamilly Santos, 30 anos, está em coma há quase 10 meses depois de ser agredida pelo marido dentro de casa, na Serra. O acusado continua solto.

A mãe dela, Neuzimara Santos Júnior (foto), teve de parar de trabalhar e a família precisa de doações. “Eu pagava R\$ 400 de aluguel, agora estou pagando R\$ 600, porque tive que mudar para uma casa com quarto maior para os aparelhos hospitalares”.



ANTONIO MOREIRA —

## Pedido por mais estrutura

A promotora de Justiça e coordenadora estadual do Núcleo de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (Nevid) do Ministério Público Estadual (MP-ES), Cláudia Regina dos Santos Albuquerque, defendeu a criação de novas varas especializadas em violência doméstica para acelerar julgamentos.

“Um dos grandes problemas na responsabilização criminal é que as penas são baixas e, se o processo demorar muito tramitando, pode prescrever”, disse.

A promotora defendeu ainda melhorias na estrutura e humanização das Delegacias da Mulher (Deam). O coordenador da Polícia Civil para Enfrentamento à Violência contra a Mulher, delegado Cláudio Victor, destacou que os policiais passam por cursos para o atendimento das vítimas e pediu às mulheres que denunciem seus



CLÁUDIO VICTOR: atendimento

agressores. “Tudo isso é importante para fazer o mapeamento da violência contra a mulher”, disse.

O Tribunal de Justiça do Estado informou que não há perspectiva de criação de novas varas, por conta da situação financeira do órgão.

## ANÁLISE

### “Precisamos ampliar a rede especializada de atendimento”

“A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) completará 10 anos, momento oportuno para um breve balanço sobre os avanços e os desafios. Progredimos no entendimento social de que é intolerável a violência contra as mulheres, embora ainda presente nas relações cotidianas.

Precisamos ampliar a rede especializada de atendimento, pois sem ela, a prevenção e a assistência ficam prejudicadas.

É também urgente ampliar o número de Juzizados Especializados, pois nas cinco Varas Especializa-

Carmen Hein de Campos, doutora em Ciências Criminais e professora da UVV



das em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizadas na Grande Vitória, tramitaram 6.564 ações penais e 13.517 medidas protetivas nos últimos 16 meses.

É fundamental que o TJ-ES disponibilize mais varas de violência doméstica e familiar exclusivas, com equipe multidisciplinar, conforme determina a lei Maria da Penha.

Somente desta forma, o TJ-ES estará, de fato, dizendo que a vida das mulheres capixabas importa para o Poder Judiciário.”